

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.606 - RJ (2019/0295274-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : RAFAEL COUTINHO SERRANO SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : JORGE EDUARDO MACHADO DE OLIVEIRA - RJ101311
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por RAFAEL COUTINHO SERRANO SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0043889-38.2019.8.19.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante, no dia 27/6/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática dos crimes descritos no art. 171, c/c o art. 14, inciso II, art. 180, art. 288, art. 297, c/c o art. 29, por 4 vezes e art. 311, c/c o art. 29, na forma do art. 70 (art. 180, art. 297 e art. 311) e todos os delitos na forma do art. 69, todos constantes no CPB, porque, juntamente com outros 2 denunciados (e-STJ fl. 17):

(...) com vontade livre e consciente, associaram-se para o fim específico de cometer crimes, notadamente vendas de veículos clones, as quais envolviam receptação, adulteração de sinal identificador de veículo automotor, falsificação de documento público e estelionato. Tal associação era permanente, estável e com divisão de tarefas entre seus integrantes.

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, por ser o recorrente primário, com bons antecedentes, tendo em vista a desnecessidade da medida e suposta ofensa ao princípio da homogeneidade (e-STJ fl. 84). O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 83):

Habeas Corpus. Paciente foi preso, juntamente com dois corréus, em 27/06/2019, por suposta prática dos crimes previstos no art. 180; art. 288; art. 297 c/c art. 29, por 04 (quatro) vezes; e art. 311 c/c art. 29, todos do Código Penal, na forma do art. 70 do Código Penal; e art. 171 c/c art. 14, inciso

Superior Tribunal de Justiça

II; todos os delitos na forma do art. 69, do mesmo Diploma Legal. Presença dos requisitos do artigo 312 do CPP. Preventiva decretada com base nas circunstâncias concretas dos fatos, tanto objetivas como subjetivas. A denúncia recebida que imputa ao Paciente condutas que somadas ultrapassam 4 anos de reclusão. Feito com trâmite regular. A precoce liberdade, mormente na atual fase em que se encontra o feito principal, exporia a riscos não recomendáveis tanto à persecução criminal, como à ordem pública. Ademais, questões quanto à prova e possível pena em caso de condenação extrapolam os estreitos limites do writ. Inexistência de constrangimento ilegal a ser sanado, no caso considerado. Ordem denegada.

Na presente oportunidade, a defesa afirma que é possível verificar, de modo claro, que o recorrente não cometeu os crimes narrados na inicial acusatória. No mais, reafirma que o recorrente possui predicados pessoais favoráveis, e que seria possível a aplicação de outras medidas com a cautelar prevista no inciso IX, do art. 319 do CPP, mais especificamente, o monitoramento eletrônico.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente ou, alternativamente, sua substituição por medidas cautelares constantes no art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

De início, cumpre ressaltar que "*O habeas corpus não constitui via apropriada para afastar as conclusões das instâncias ordinárias acerca da suficiência dos indícios suficientes de autoria delitiva e de provas de*

Superior Tribunal de Justiça

materialidade, uma vez que tal procedimento demanda a análise aprofundada do contexto fático-probatório" (HC n. 491.762/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 26/2/2019, DJe 8/3/2019).

Outrossim, ao que parece, o Tribunal entendeu não haver flagrante ilegalidade na prisão, razão pela qual denegou a ordem, merecendo destaque os seguintes trechos do acórdão (e-STJ fls. 89, 92 e 93, grifei):

(...)

Como se constata, a prisão preventiva encontra-se lastreada nas circunstâncias concretas dos fatos, tanto objetivas como subjetivas.

(...)

A denúncia imputa ao Paciente condutas que somadas ultrapassam 4 anos de reclusão. A sua precoce liberdade, mormente na atual fase em que se encontra o feito principal, exporia a riscos não recomendáveis tanto à persecução criminal, como à ordem pública.

De outra feita, nos estreitos limites de writ, de análise superficial, as circunstâncias indicam que a substituição da segregação cautelar por outra medida cautelar diversa poderá colocar em risco a ordem pública e a aplicação da lei penal.

Cabe ressaltar que a decretação da prisão preventiva em nada conflita com o princípio da não culpabilidade, antes equilibra e harmoniza os institutos integradores do sistema jurídico penal. Esta seria inconstitucional e ilegal se seu fundamento fosse uma pena antecipada, o que não é o caso já que a partir da nova redação do CPP, dada pela Lei nº 12.403/11, a gravidade dos delitos supostamente cometidos, passou a ser considerada para fins de análise da medida cautelar mais adequada ao caso em análise, de modo a garantir a persecução criminal.

(...)

Presentes os requisitos do fumus comissi delicti e do periculum libertatis, não vislumbro, por hora, qualquer constrangimento ilegal por parte da autoridade apontada como coatora. Inexistindo constrangimento ilegal a ser sanado, no caso considerado.

Ainda, "Os próprios custodiados JEAN e RAFAEL já teriam cometidos crimes dessa espécie antes." (e-STJ fl. 88).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator